

GIVALDO BARBOSA



O presidente Sarney reuniu seu Ministério para anunciar a nova realidade orçamentária. Somente o Presidente e o ministro João Batista de Abreu é que falaram

União não repassará mais recursos para Estados

Sarney apresenta novo Orçamento e diz que verbas federais acabarão até para emergências

A partir do próximo ano, os programas de educação básica, saúde, bem-estar social e de serviços públicos em geral serão da responsabilidade dos governos estadual e municipal, porque a União não vai transferir mais recursos para esses setores. O aviso foi dado pelo presidente José Sarney durante reunião ministerial realizada ontem na qual ele apresenta o Orçamento Geral da União para 1989.

Na reunião, o presidente da República afirmou ainda que a União não terá mais qualquer recurso próprio para transferir a Estados e Municípios, "nem mesmo para atender emergência". Segundo o Presidente, os Estados mais pobres terão de reformular com rigor suas próprias políticas de aplicação de recursos. "Esta é a visão de uma outra Federação", declarou o Presidente diante de todos os ministros e dos líderes do Governo no Senado e na Câmara.

O orçamento de 89, observou o Presidente, vai refletir a nova realidade deixada pela Constituição elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte que, afirmou, provocará uma perda de receitas federais de 17,6 por cento naquele ano, chegando a cerca de 22 por cento nos anos seguintes. "A maior carga, portanto, vai ser no nosso Governo e recairá no próximo ano", ressaltou o Presidente da República.

SEM DEBATE

Foi uma reunião curta a de ontem, que durou apenas o tempo suficiente para que o Presidente e o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, lessem seus discursos. Ao contrário das anteriores, o Presidente não permitiu o debate, franqueando a palavra, como sempre fez, aos demais ministros. Todos ouviram os recados e nada puderam dizer porque, conforme informou o líder do Governo no Senado, Marcondes Gadelha, o Presidente admitiu a possibilidade de realizar nova reunião. Aí, sim, poderá haver a discussão sobre o Orçamento que, em seguida, será encaminhado ao Congresso Nacional.

A proposta orçamentária, afirma o Presidente da República, tem, obrigatoriamente, de reduzir recursos que permitem

a recomposição da receita da União — nos níveis de 22 por cento — ajustando suas despesas mediante indispensáveis cortes e transferências.

ÚNICA OPÇÃO

Pelo novo texto constitucional, observou Sarney, as transferências aos Estados e Municípios crescerão 50 por cento reais em 89. Dos atuais 2,4 por cento do PIB (Produto Interno Bruto) para 3,5 por cento no próximo ano. "A partir disso, os preceitos criam vinculações setoriais, ampliam vantagens a servidores da União, expandem-se benefícios sociais e benefícios fiscais". A esses fatores, continuou, acrescentaram-se os aumentos reais verificados em diversos segmentos do setor público. "Por essas razões, a súcia de drásticas ausência de drástica redefinição do orçamento de 1989 e de outras providências na área fiscal, criaria uma situação insustentável e de consequências imprevisíveis. Inclusive pelo risco que evitamos de processo hiperinflacionário que, sem dúvida, não vai acontecer".

"ARESTAS"

Na sua exposição, o ministro João Batista de Abreu informou que a nova versão dos orçamentos de cada ministério está sendo "imediatamente" encaminhada pela Seplan, com cortes de "subsídios, novos investimentos, gastos associados a atividades que devem ser privatizadas ou que traduzem uma flagrante sobreposição de ações".

Para o senador Marcondes Gadelha, Líder do PFL no Senado, cada ministro saiu da reunião sabendo ou podendo imaginar onde "perderá poder", com a redução do respectivo orçamento para o próximo ano. Mas o próprio Gadelha mostrou que, até o próximo dia 31, quando a proposta orçamentária sairá do Executivo para o Legislativo, muitas arestas ainda terão que ser aparadas. Por exemplo, o senador reagiu com um "pelo amor de Deus" à indagação do repórter sobre corte dos incentivos fiscais ao Nordeste e disse que esses benefícios são inexpressivos diante daqueles concedidos ao setor exportador.